



LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Otávio Lenzi Rosembrock, Fernando Cesar Lenzi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração Pública

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), trouxe à tona o princípio constitucional da transparência na administração pública. Esta lei evidencia as bases para a publicidade dos atos administrativos, demandando uma série de medidas para a divulgação de licitações, contratos, concessões, licenças, autorizações, lançamentos tributários, além de outros tantos dados de interesse público e de obrigação dos entes em mostrar a comunidade o andamento e resultados das ações do poder público. Diante disto, a presente pesquisa deseja compreender o acesso à informação nos municípios de Santa Catarina e a adequação das ações de publicidade dos atos legais a partir da coleta de dados nos endereços eletrônicos das prefeituras (sites). A pesquisa teve uma metodologia quantitativa e descritiva, a coleta de dados se deu-se por meio de uma pesquisa documental tendo como base informações secundárias disponibilizadas pelos sites das prefeituras em análise. Ela trouxe como elementos comparativos cada uma das 30 prefeituras de Santa Catarina entre 50 e 100 mil habitantes e prefeituras com mais de 100 mil habitantes. A análise dos resultados se deu pela elaboração de 5 diferentes quadros, os quais são referentes às orientações necessárias mencionadas na Lei de Acesso à Informação. A pesquisa apontou que os municípios que apresentam as informações de forma mais completa são aqueles que possuem seções específicas sobre cada um dos critérios necessários para o atendimento da lei. Ainda sobre o assunto de informações completas e de fácil acesso, observou-se que ainda não existe um padrão seguido na aplicação da transparência. Os sites e portais de transparência são desenvolvidos por diferentes empresas, apresentando assim, informações em formatos diferentes ao público. Os municípios que apresentaram maior índice de atendimento aos critérios da lei foram aqueles que utilizaram portais de transparência de elaboração própria, vale a pena destacar o município de Criciúma por ter um dos melhores portais entre os pesquisados. Os municípios vêm atendendo a grande parte dos requisitos da Lei de Acesso à Informação. Porém, o nível de atendimento parcial ainda é expressivo em diversos itens, enquanto outros não são nem atendidos. Após a observação dos sítios e dos resultados da pesquisa, é possível concluir que a imensa maioria dos portais de transparência apresentados pelos municípios em ambas as faixas populacionais não está compatível de forma satisfatória com a Lei de Acesso à Informação.

Palavras-chave: Administração Pública; Lei de Acesso a Informação; Transparência Pública..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI